

Senadores e deputados discutirão com ministros envio de tropas ao Haiti

Página 3



J. Freitas

Comissão de Relações Exteriores promoverá o debate na próxima quarta-feira

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.929 – Brasília, sexta-feira, 7 de maio de 2004

TV SENADO



Programa sobre Machado de Assis vai à Espanha

O documentário *Alma Curiosa de Perfeição*, produzido pela TV Senado, será apresentado em festival na Espanha.

Página 6

ORÇAMENTO

Prazo para emendas à LDO vai até o dia 26

Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005 poderão ser apresentadas entre os dias 12 e 26 deste mês.

Página 2

Rejeição da MP dos Bingos domina debate em Plenário

Senadores da oposição e da base governista discutiram ontem as implicações da derrota da medida provisória. Partidos opositores – PSDB, PFL e PDT – anunciaram projeto que regulamenta a atividade, impedindo o funcionamento das máquinas caça-níqueis e dos jogos *on line*.

Páginas 4 e 5



José Cruz

ANÁLISE Na presidência da CCJ, o senador Edison Lobão (E) concedeu vista coletiva do projeto

Mudança na Lei Eleitoral gera polêmica em comissão

O PMDB pediu ontem na CCJ vista do projeto que amplia a oportunidade de defesa a eleitos acusados da compra de voto. Antonio Carlos Valadares disse que o partido agiu contra o mandato do senador João Capiberibe, do PSB.

Página 7

Senado pode ajudar em solução para greve na PF

Página 3

TERRA

Em depoimento na CPI Mista da Terra, professor José Cândido Prunes afirma que não há área suficiente para assentar todos os trabalhadores que, segundo os movimentos sociais, querem se instalar no campo

Página 8

Sarney recebe proposta para baratear tarifa de transporte

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Otávio Cunha, acompanhado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), coordenador da Frente Parlamentar do Transporte Público na Casa. No encontro, Sarney recebeu documento em defesa da proposta de concessão de subsídios às empresas para permitir o barateamento das tarifas cobradas pelo setor.

– É muito difícil aparecer uma reivindicação como esta, pois os empresários costumam pedir aumento e não redução de tarifas, mas a situação do transporte urbano no Brasil é grave, e só pode ser resolvida com a participação do Executivo – afirmou Tebet.

Otávio Cunha explicou que a decisão de procurar o apoio de Sarney foi tomada porque “ele já deu provas de sensibilidade ao problema do transporte no Brasil ao sancionar a Lei do Vale-Transporte, quando foi presidente da República”.

O governo analisa o relatório de grupo de trabalho da Casa Civil sobre o assunto. O objetivo desse estudo é encontrar medidas para combater a exclusão social de 37 milhões de trabalhadores de baixa renda sem acesso ao transporte.

A NTU defende a concessão de subsídios ao setor argumentando que “apesar de estar na Constituição como serviço essencial, o transporte não tem o tipo de tratamento que têm a saúde e a educação”, afirma Otávio Cunha.

Orçamento amplia prazo para as emendas à LDO

Parlamentares podem encaminhar propostas à comissão mista entre os dias 12 e 26 de maio

O prazo para apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005 foi revisto pelos líderes dos partidos na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que preside o colegiado, informou que os parlamentares poderão encaminhar suas emendas entre os dias 12 e 26 deste mês. Mestrinho afirmou que o prazo final para votação do parecer da comissão continua sendo o dia 15 de junho. A lei que fixa parâmetros para elaboração do orça-



PRAZO FINAL Mestrinho diz que está mantido o dia 15 de junho para votação do parecer na CMO

mento federal do próximo ano tem prazo constitucional até 30 de junho para ser examinada. O senador disse ainda que não está definido o nome do relator da LDO. Ele deverá ser indicado pelo Senado, dentro do critério de alternância entre as Casas. No ano passado foi o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), que irá, segundo Mestrinho, substituí-lo na presidência da comissão.

O anteprojeto que altera as regras de funcionamento da CMO deve ser apresentado até 28 de maio. Os 42 parlamentares (21 do Senado e 21 da Câmara) que irão compor a comissão ainda não foram indicados.



Bandeira do bloco deverá ser hasteada no Brasil

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou ontem substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto (PLC 3.246/04) de autoria do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) determinando o hasteamento diário da Bandeira do Mercosul ao lado da Bandeira nacional. “Urge ao Brasil definir claramente seus propósitos com relação ao aprofundamento e à consolidação do Mercosul”, disse Simon ao justificar o projeto.

A Bandeira do Mercosul deverá ser hasteada junto com a nacional em órgãos e instituições públicas como ministérios, Congresso Nacional, sedes dos poderes federais, estaduais e municipais, prefeituras e câmaras municipais, missões diplomáticas e unidades da Marinha Mercante, entre outros órgãos públicos. Nos colégios, as bandeiras deverão ser hasteadas pelo menos uma vez por semana.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou o projeto e lembrou a importância do símbolo como forma de mostrar a integração dos países do Mercosul.

Audiência

Foi aprovado ainda requerimento, também de autoria do deputado Dr. Rosinha, determinando realização de audiência com o embaixador brasileiro José Alfredo Graça Lima sobre a negociação do Mercosul com a União Européia. O deputado disse que Graça Lima é o negociador do Mercosul com o bloco europeu e, apesar de o acordo estar prestes a ser assinado, há poucas informações divulgadas sobre o assunto. Pedro Simon ressaltou a oportunidade da audiência.

A comissão aprovou ainda relatório de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) favorável à mensagem (103/04) que submete ao Congresso texto de entendimento entre Brasil e Argentina. O acordo estabelece permanente intercâmbio de informações sobre tráfico ilícito de armas de fogo, munições e explosivos.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa às 9h

Os senadores se reúnem hoje, a partir das 9h, em sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos parlamentares e a comunicados da Mesa diretora. O leitor poderá acompanhar a sessão ao vivo pela Rádio e pela TV Senado, bem como por meio da cobertura em tempo real da Agência Senado.

Rádio Senado homenageia Nelson Mandela

Neste domingo, às 19h, a Rádio Senado apresenta o *Tributo a Nelson Mandela*, programa especial em homenagem ao primeiro presidente eleito

democraticamente na África do Sul. O especial fala sobre a luta de Mandela contra o *apartheid*, regime de discriminação racial que vigorou naquele país.



Sambista Vó Maria

O *Espaço Cultural*, que vai ao ar amanhã pela TV Senado, às 21h30, mostra a sambista Vó Maria, que tem 89 anos. A apresentação faz parte do projeto Da idade do Mundo, iniciativa do Centro Cultural Banco do Brasil.

Cartografia no Salão Negro

Até 1º de agosto, o Salão Negro do Congresso Nacional realiza a exposição *O Tesouro dos Mapas*, que exhibe mapas em pergaminho dos séculos 16 e 17, além de objetos náuticos da época.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ESCLARECIMENTOS Eduardo Suplicy (E), presidente da CRE, manteve entendimentos com ministros da Defesa e das Relações Exteriores

Ministros vão debater envio de tropas ao Haiti

O envio de tropas brasileiras ao Haiti, em missão da Organização das Nações Unidas destinada a garantir a estabilidade do país após a deposição do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, será o tema de uma reunião conjunta, na próxima quarta-feira, das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara, com a presença dos ministros da Defesa, José Viegas Filho, e das Relações Exteriores, Celso Amorim.

A decisão de promover uma reunião conjunta com a comissão da Câmara foi tomada ontem pela CRE, após entendimentos mantidos entre o presidente da comissão, Eduardo Suplicy (PT-SP), os dois ministros e o presidente da CRE da Câmara, Carlos Melles (PFL-MG). Ficou acertado ainda que, na primeira parte da reunião

conjunta, José Viegas prestará esclarecimentos sobre contrato firmado entre o Ministério da Defesa e a Fundação Getúlio Vargas, para promover a "reengenharia do processo de gestão nas Forças Armadas".

O debate sobre o contrato será realizado a pedido dos senadores José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), que demonstraram preocupação com críticas feitas por militares, segundo reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, ao acordo firmado com a Fundação Getúlio Vargas.

– O interesse público exige esclarecimento dos fatos, uma vez que, na reportagem, fala-se que o contrato estaria eivado de suspeita de privilégio, uma vez que a gestão seria entregue a um amigo pessoal do ministro – afirmou Agripino.

Tratado de extradição com a França é acolhido

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) emitiu ontem parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 393/04, que aprova o texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Brasil e a França em 1996. Já acolhido pela Câmara, em março deste ano, o projeto será submetido ao Plenário do Senado.

Segundo exposição de motivos encaminhada pelo Poder Executivo, o tratado facilitará a busca e a entrega de criminosos, "inserindo-se assim no quadro da luta contra o crime organizado que vem sendo desenvolvida pela comunidade internacional".

– Quando um país faz tratado de extradição com outro, sinaliza-se a maturidade das relações bilaterais. E a França é o primeiro país da Europa com o qual o Brasil firma um tratado dessa natureza, o que demonstra confiança nas relações recí-

procas – disse o relator da matéria, senador José Agripino (PFL-RN).

A comissão aprovou também parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 392/04, que aprova o financiamento de 21,6 bilhões de ienes, contratado com o Japan Bank for International Cooperation (Jbic), para a realização do Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista.

A CRE acolheu ainda a transferência para o estado de Rondônia de terras da União situadas na faixa de fronteira, para a criação de unidades de conservação, a partir de parecer da senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Foi adiada para a próxima semana a votação do Projeto de Lei 398/03, de Ideli Salvatti (PT-SC), que permite aos brasileiros residentes no exterior o voto nas eleições para governador, vice-governador e senador.

Senado busca solução para a greve na Polícia Federal

■ Subcomissão de Segurança decide intermediar negociações com o governo

O ingresso do Senado nas negociações junto ao governo será vital para que a greve da Polícia Federal, que já dura dois meses, seja finalizada com o atendimento das principais reivindicações da categoria, previu ontem o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Francisco Carlos Garisto, em depoimento na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, órgão que funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente da subcomissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), concordou com as colocações de Garisto e chegou a propor que os policiais federais retornassem imediatamente ao trabalho para que as negociações fossem reabertas. Ele observou que a greve já come-



AUDIÊNCIA Francisco Garisto (segundo à direita) presta depoimento, ao lado de Tasso Jereissati e Serys Slhessarenko

ça a dar sinais de esgotamento. Em troca, a Subcomissão de Segurança, tendo à frente o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), passaria a intermediar as negociações, "a fim de que o resultado seja favorável para ambos os lados". Dezenas de policiais que lotavam o plenário do colegiado aplaudiram de pé a proposta de Tasso Jereissati.

A senadora Serys Slhessarenko, que, junto com Mesquita Júnior, foi a autora do requerimento solicitando audiência

pública para discutir o movimento grevista na Polícia Federal, acredita que o governo encontrará uma solução que agrade a categoria.

Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) chamou a atenção para uma decisão que poderá ser colocada em prática pelo governo, a qual, a seu ver, tem de tudo para prejudicar e enfraquecer os trabalhos da Polícia Federal: a entrada do Ministério Público no setor de investigação, atualmente de competência exclusiva de agentes federais.

Senadores acreditam em acordo

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) quis saber se a Polícia Federal tem uma contraproposta a ser apresentada ao governo para acabar com o movimento grevista. Em resposta, Garisto informou que os policiais lutam para que o Executivo cumpra a lei e não ofereça apenas um simples reajuste salarial. Mas adiantou que será bem-vinda a adoção de um reajuste em cima dos chamados vencimentos básicos, desde que o plano de carreira seja adotado.

Mesquita Júnior também

acredita que o governo encontrará uma rápida solução para pôr fim à greve dos policiais federais. Ele chegou a enaltecer a disposição da Polícia Federal de procurar o Senado para expor o que deseja do governo. Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que a greve é justa e pediu melhores condições para que a PF cumpra a sua missão, a começar por pagamento de salários dignos. Sibá Machado (PT-AC) indagou se o plano de carreira não iria equiparar todos os cargos dentro da Polícia Federal, acabando com a hierarquia.

Em resposta, os dirigentes sindicais informaram que os salários de delegados e peritos, entre outros, continuariam maiores, em virtude de vantagens.

Garisto declarou que a única exigência dos grevistas é receber o que dispõe o plano de carreira, que estabelece que todos os policiais federais devem receber o vencimento básico de nível superior previsto na legislação. Mas esclareceu que, ao contrário do que foi divulgado pela imprensa, eles não pleiteiam a isonomia com os delegados e o pedido de aumento de 85%.

CPI do Banestado ouve técnicos e doleiro

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista do Banestado ouviu ontem, em sessão secreta, três técnicos do Banco do Brasil que trabalhavam no departamento responsável pela operação das chamadas contas CC-5, utilizadas oficialmente para enviar dinheiro ao exterior, na época em que foram divulgadas as primeiras denúncias de suposta evasão de divisas do país, no início de 2003.

Compareceram à reunião Derci Alcântara, Danilo Angst e Delmar Schimdt.

Parlamentares da CPI embarcaram ontem para Curitiba, onde deverão colher hoje depoimento do doleiro Alberto Youssef, acusado pelo Ministério Público Federal de sonegar mais de US\$ 33 milhões em impostos, entre 1996 e 1999. Na próxima terça-feira, a partir das 10h, a CPI realiza, nas dependências do



INVESTIGAÇÃO Antero Paes de Barros preside a comissão mista que apura evasão de divisas

Senado, reunião administrativa destinada a discutir um novo cronograma de trabalho. Na pauta, a possibilidade de prorrogação dos trabalhos da CPI por mais 180 dias.

MP DOS BINGOS

Virgílio diz que governo ajudou a derrubar MP

■ Senador desafia Planalto a aprovar projeto que regulamentaria o jogo de forma rigorosa

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), desafiou o governo a aprovar a votação em regime de urgência de um projeto que regulamente de forma rigorosa o jogo no Brasil. Virgílio lembrou que a edição da medida provisória que proibia os bingos foi “o grande pretexto” para impedir a instalação das CPIs que investigariam os bingos e o caso Waldomiro Diniz. “Qual será o pretexto agora?”, depois da rejeição da medida provisória (MP), perguntou o senador.

Arthur Virgílio disse que a MP dos bingos foi derrotada na



ABANDONO Virgílio afirma que governo não soube orientar suas lideranças para a negociação

noite de quarta-feira por “culpa absoluta” do Palácio do Planalto, que abandonou suas lideranças, que não se sentiram autorizadas a negociar com os líderes da oposição. Segundo ele, havia uma série de pontos que os faria votar a favor da MP: o resguardo às loterias estaduais; o apoio à Emenda Quintanilha, que garantia a regula-

mentação do chamado bingo de cartela e a proibição do jogo eletrônico; e a ratificação, pela Câmara dos Deputados, do que fosse aprovado pelo Senado.

Até mesmo do último quesito, o apoio da Câmara, a oposição abriria mão, destacou Arthur Virgílio. “Mas o ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, não bancou o acordo, o que deixou os seus líderes desamparados”, assinalou.

– Eles não têm nenhum interesse em regulamentar o jogo no Brasil. O ministro José Dirceu (Casa Civil) até já recuperou parte do seu viço e vem posando para fotos fazendo ginástica pelas ruas. Ah!, o que a impunidade não faz! Mas por que não apoiaram o excelente projeto da senadora Ideli Salvatti que regulamenta o jogo? E faço o elogio sem nenhuma ironia – comentou.

Jefferson explica razões que levaram PDT a rejeitar medida

Passado o “clima emocional” que marcou a sessão de derrubada da MP dos bingos e jogos eletrônicos no país, o líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), foi à tribuna explicar as razões que levaram seu partido a votar pela rejeição da matéria.

– O PDT votou contra a MP por considerá-la arbitrária e casuística – afirmou.

Além de não considerar o tema tratado pela medida “urgente ou relevante”, circunstâncias que devem motivar essa iniciativa legislativa privativa do presidente da República, o líder pedetista adiantou que seu partido continuará a votar contra todas as medidas pro-

visórias que careçam desses pressupostos.

No ponto de vista do senador, o governo resolveu baixar a MP para se livrar do vexame do caso Waldomiro Diniz.

– Em vez de regulamentar a atividade dos bingos, conforme prometeu em mensagem enviada ao Congresso no dia 15 de fevereiro, o presidente Lula resolveu, cinco dias depois, editar uma medida provisória simplesmente proibindo a atividade – reclamou.

Em meio às críticas à reação do governo petista àquele episódio, Jefferson Péres advertiu que o poder público deverá arcar com o ônus da interrupção da atividade nos 45 dias de vi-



DESCULPA Jefferson ressalta que MP foi baixada para governo se livrar do caso Waldomiro Diniz

gência da MP dos bingos.

Embora tenha votado pela rejeição da medida, o senador pelo Amazonas adiantou que irá assumir a impopularidade de votar favorável ao salário mínimo de R\$ 260 proposto pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Agripino pede urgência para projeto que regulamenta jogo

O senador José Agripino (PFL-RN) anunciou que vai buscar o entendimento entre os líderes para que o projeto apresentado por ele e pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Jefferson Péres (PDT-AM), que regulamenta a atividade dos bingos no país, possa tramitar em regime de urgência urgentíssima. Ele explicou que a negociação se dará quando a matéria for encaminhada pela Mesa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta dos líderes do PFL, PDT e PSDB, segundo José Agripino, proíbe o funcionamento das máquinas caça-níqueis e jogos *on-line* e permite as loterias de prognósticos esportivos e as numéricas promovidas pela Caixa Econômica Federal.



ALTERNATIVA Segundo Agripino, projeto proíbe funcionamento de caça-níqueis e jogos *on-line*

– Estamos propondo esse entendimento em nome do emprego. Na atividade do jogo ocorreram irregularidades que têm de ser apuradas por meio de comissão parlamentar de inquérito. No futuro, esse projeto irá separar o joio do trigo – afirmou José Agripino.

Mesquita critica insinuações de vinculação com jogatina

A exemplo do senador Jefferson Péres (PDT-AM), o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) rechaçou insinuações de que os senadores contrários à medida provisória que proibia o funcionamento de casas de bingo e jogos eletrônicos no país estariam vinculados à prática da jogatina.

Segundo afirmou, não há diferença entre a apuração de um bingo e a da Mega-Sena, operada pela Caixa Econômica Federal.

– A gente precisa colocar as coisas no seu devido lugar. As loterias da Caixa funcionam bem porque são bem fiscalizadas – observou. Para Mesquita Júnior, a principal questão suscitada pela MP dos bingos é a seguinte: se não fosse o caso Waldomiro, o governo teria fechado os bingos?

Se o governo provar que a mo-



COERÊNCIA Segundo Mesquita Júnior, Lula deve insistir na regulamentação da atividade

tivação não foi essa, o senador socialista disse que pediria desculpas públicas pelo voto que proferiu. “Votei pela coerência”, emendou, instando o governo Luiz Inácio Lula da Silva a “persistir” na linha de regulamentação e fiscalização da atividade, compromisso já assumido em mensagem remetida ao Congresso Nacional.



RECURSOS Heloísa Helena diz que sabia que bingos eram usados na lavagem de dinheiro

Heloísa Helena quer votar orientação da CCJ para CPI dos Bingos

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) pediu que seja incluída na ordem do dia e votada em Plenário a orientação elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para definir a questão da comissão parlamentar de inquérito criada para investigar a atuação dos bingos no Brasil, que não foi instalada

porque os líderes dos partidos da base governista não indicaram os respectivos membros.

A CCJ elaborou orientação ao Plenário sobre questões de ordem levantadas durante a discussão sobre a possibilidade de o presidente do Senado indicar os membros da CPI ou de os líderes dos demais partidos indicarem, proporcionalmente,

os membros que estejam faltando para instalar a CPI.

Heloísa Helena disse estar “tranquilíssima por não ter mais idade para compartilhar com tanta hipocrisia”. Ela fez questão de lembrar a mensagem presidencial encaminhada ao Congresso, em que o presidente da República afirma que a regulamentação da ativi-

dade dos bingos asseguraria recursos para o esporte social.

– O que eu sempre soube é que a estrutura dos bingos era, em sua maioria, mecanismo de lavagem de dinheiro. O que é estranho é que, quatro dias após a mensagem presidencial, é baixada uma medida provisória de fantasia para abafar o caso Waldomiro – frisou.

MP DOS BINGOS

Alvaro questiona critérios para exame de medidas provisórias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem, em Plenário, consulta acerca dos critérios para votação de medidas provisórias (MPs) pelo Senado. O parlamentar baseou sua questão no episódio da votação da MP dos Bingos, em que o mérito da medida nem chegou a ser apreciado, já que a maioria dos presentes rejeitou a urgência e a relevância da matéria.

O que Alvaro quer saber é se no exame das próximas medidas provisórias a Casa poderá agir de forma semelhante. Como a Constituição dá ao Poder Executivo o direito de editar uma MP apenas quando se trata de assunto de grande relevância e urgência, o fato de o Senado não reconhecer esses dois pressupostos faz com que a medida seja arquivada.

– Minha sugestão é a de que o Senado discuta a admissibilidade das medidas provisórias, do modo como ocorreu com a MP dos Bingos – disse o senador, um dos que votaram contra a urgência e a relevância da matéria.

Alvaro classificou como excessivo o número de MPs bai-



Roosevelt Pinheiro

EXAME Plenário do Senado deve discutir a admissibilidade das MPs, sugere Alvaro Dias

xadas até o momento pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva: 5,2 por mês, contra 2,5 por mês editadas pelo governo Fernando Henrique. Até agora, um ano e quatro meses depois da posse, Lula já baixou 81 MPs.

Como outros parlamentares, o senador reclama das condições que o Senado tem para apreciar as medidas – normalmente às pressas, uma vez que as MPs trancam a pauta, se não apreciadas, impedindo o exame de outras matérias. Diante disso, argumenta ele, é o Executivo que está legislando, com o Senado servindo apenas para homologar as decisões do Palácio do Planalto.

Malta votou com o governo por condenar jogos de azar

O senador Magno Malta (PL-ES) explicou ontem por que votou favoravelmente ao mérito da medida provisória (MP) que proibia o funcionamento dos bingos no país.

– Minha fé condena toda a prática de jogos de azar – declarou.

Malta assinalou não ter votado por orientação do governo e acrescentou que ninguém da base governista o chamou para tratar do assunto. “Se a base do governo estivesse articulada, não teríamos ouvido o fogue-



Moreira Matiz

FALHA Magno Malta: “Se a base do governo estivesse articulada, não teríamos o fogueatório”

tório”, observou. Ele também lembrou que, antes da edição da MP, os bingos já funcionavam com base em liminares.

Para o senador, o escândalo Waldomiro Diniz pode ter produzido algo de bom, pois fez o governo mudar de idéia em relação aos bingos. Antes da divulgação do vídeo em que o então assessor da Presidência da República pede propina ao empresário Carlinhos Cachoeira, o governo anunciara, através de mensagem presidencial, que iria regulamentar os bingos.

Tratamento

Malta elogiou o tratamento em câmaras hiperbáricas, que em pouco tempo assegura a cicatrização de feridas provocadas pelo diabetes. “Há dois anos, sofri um acidente e lesionei a coluna. A primeira vez que dormi sem dor foi após a sessão na câmara hiperbárica”, revelou. Segundo ele, até o pós-operatório pode ser reduzido de 20/30 dias para dez dias com esse tratamento, liberando leitos e otimizando as cirurgias.

Ideli: polêmica na votação dividiu todos os partidos

■ Líder do PT no Senado avalia os motivos que levaram à derrota do governo na votação da medida provisória

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), listou em discurso oito situações que ajudaram as oposições a derrotar o governo na votação da medida provisória que proibia os bingos no Brasil. Entre as razões, estão a divisão do PMDB, por causa da emenda constitucional que prevê reeleição para as presidências da Câmara e do Senado, e a polêmica que envolve os jogos de azar no país.

Para ela, o funcionamento de casas de bingos dividiu todos os partidos e não houve uma bancada sequer com voto único. O curioso, na observação da líder, é que, no final, o assunto se transformou numa disputa entre governo e oposição, mesmo com os dois lados votando de forma dividida.



Roosevelt Pinheiro

DIVISÃO “Não houve uma bancada sequer com voto único”, diz Ideli

Ela apontou ainda o interesse financeiro, observando que “foram colocados nas galerias do Senado os desempregados dos bingos”, quando “o fogueatório que se ouviu logo depois”, na Esplanada dos Ministérios, foi bancado por quem “tem a caixa registradora” dos bingos.

– Os empresários dos jogos vão reabrir suas casas sem nenhum controle, sem nenhuma fiscalização – afirmou.

Ideli mencionou ainda as dificuldades de uma base de apoio ao governo “que parece um mosaico”.

– Às vezes, é preciso conver-

sar a cada minuto e, mesmo assim, surgem surpresas e a gente não sabe se aquilo se deve ao parlamentar, ao partido, à situação política no estado ou se é algo ligado ao futuro do envolvido – observou.

Decreto legislativo

Ideli alertou para a obrigação legal de a Casa disciplinar as relações jurídicas decorrentes da vigência da MP dos Bingos. A parlamentar disse que o Plenário rejeitou os pressupostos de relevância e urgência da medida, o que levou ao seu arquivamento, mas a comissão mista encarregada de dar início à tramitação da matéria deve elaborar projeto de decreto legislativo para esclarecer os efeitos provocados pela MP enquanto esteve em vigor.

A senadora explicou ainda que, se o decreto não for editado em até 60 dias após a rejeição da MP, “as relações jurídicas decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela [MP] regidas”.

Antero pede a instalação de CPIs

A rejeição, pelo Senado, da MP dos Bingos é mais um argumento favorável à instalação das comissões parlamentares de inquérito para investigar esse tipo de jogo e as denúncias envolvendo o ex-assessor da Presidência da República Waldomiro Diniz. A opinião foi manifestada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

– Precisamos instalar as CPIs dos Bingos e do Waldomiro – afirmou Antero Paes de Barros. Segundo o senador, até hoje nem sequer se sabe o paradeiro do computador que Waldomiro Diniz utilizava quando desempenhava suas funções no Palácio do Planalto.

Antero também cobrou do presidente da República o fechamento dos bingos. Ele disse que não existe nenhuma lei federal que autorize o funcionamento desse tipo de negócio.

– Espero que o governo exercite o mínimo de coerência – frisou Antero.

Viana: “Oposição permitiu a volta da jogatina no país”

O senador Tião Viana (PT-AC) acusou os partidos de oposição de permitirem a “volta da jogatina” no país, “mesmo sabendo que a sociedade não quer isso”, por causa das suas várias implicações, “inclusive acusações de lavagem de dinheiro sujo”. Para ele, a oposição não refletiu e propôs um acordo “que era inaceitável” para o presidente Lula.

– Não podíamos concordar com a proposta das oposições para que o presidente Lula mandasse reabrir os bingos e, ao mesmo tempo, criar uma comissão de deputados e senadores para discutir a regulamentação do setor. Seria a desmoralização absoluta do governo. Assim, no final, a oposição reabriu a jogatinagem eletrônica no Brasil – afirmou o parlamentar.

O senador petista considerou que a estratégia oposicionista “foi um erro grave” e lamentou que, pouco depois da derrubada da medida provisória, os bingos tenham comemorado



Roosevelt Pinheiro

INACEITÁVEL Para Tião Viana, a estratégia oposicionista foi “um erro grave”

“com toneladas de fogos de artifício ao lado do Congresso”.

– Foi um momento de infelicidade. A hora agora é de reflexão. O governo não pode reeditar a medida provisória e o impasse está posto. Também há dúvidas regimentais se se pode apresentar um projeto de lei sobre um assunto que foi derrotado na medida provisória. Sei que os senadores Arthur Virgílio e José Agripino não querem que a situação fique como está – observou o senador Tião Viana.

Nova medida provisória bloqueia votações no Senado

As votações no Senado foram novamente suspensas até que se vote a medida provisória (MP 166/04) que chegou à Mesa ontem e cuja inclusão na ordem do dia foi marcada pelo presidente José Sarney para a próxima terça-feira, dia 11.

A nova MP cria a carreira de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e estabelece sua remuneração. A medida já chegou ao Senado com todos os prazos de tramitação vencidos, o que sobrestou as votações previstas para ontem.

Programa da TV Senado mostra vida de Machado

Realizado pela TV Senado, com direção de Maria Maia, o documentário *Alma Curiosa de Perfeição*, sobre a vida do escritor brasileiro Machado de Assis, foi selecionado para a 4ª *Muestra de Documentales y Fotografias de América Latina*, que acontece em Albacete, Espanha.

Segundo informações divulgadas pela TV Senado, o documentário, que tem uma hora de duração, percorre a vida do escritor, descrito como um homem reservado, e demonstra o pouco que se sabe do início de sua vida e da maneira como iniciou a formação e adquiriu sua rica cultura literária. O que se sabe, mostra o documentário, é que Machado de Assis filho de uma açorianiana e de um pintor dourador que, até o escritor completar seis anos, trabalharam e viveram na aristocrática chácara da viúva do senador Bento Barroso, também madrinha do escritor.

O documentário ajuda a mostrar a enorme diversidade



FESTIVAL Documentário sobre o escritor brasileiro será exibido em Albacete, na Espanha

de Machado de Assis e a forma com que se valia de incontáveis referências ao escrever, uma tendência que hoje poderia ser chamada de pós-moderna. *Alma Curiosa de Perfeição* evoca o mundo que serviu de ambiente para o aparecimento de Machado de Assis, por meio de depoimentos de especialistas e escritores como Lygia Fagundes Telles, Nérida Piñon, Antonio Olinto, Josué Montello, o mexicano Carlos Fuentes e o senador e escritor José Sarney.

Palestra sobre papel da mulher homenageia mães

O Dia das Mães, a ser celebrado neste domingo, foi comemorado ontem pelo Senado com um *talk show* conduzido pela terapeuta de adolescentes Mônica Mulatinho.

A iniciativa do evento foi da Comissão Temporária do Ano da Mulher e teve a presença de servidores do Senado, seus familiares e outros convidados.

Vários temas de interesse feminino foram abordados de maneira diferenciada, com o objetivo de refletir sobre os diversos papéis desempenhados pela mulher.

A proposta do evento foi discutir estereótipos criados em torno do papel da mulher e es-

timulá-la na realização de um projeto de vida consistente, baseado na participação social e na concretização de seus sonhos.

Em sua exposição, a terapeuta Mônica Mulatinho defendeu um projeto de auto-investimento, para que a mulher trabalhe a autoconexão com seus sentimentos, o resgate da auto-estima e a consequente autocondução, identificando-se como autora de sua própria existência.

Na ocasião, a médica defendeu o investimento feminino nos quatro aspectos existenciais – físico, emocional, intelectual-profissional e espiritual.

Excesso de ministérios causa paralisia, diz Tebet

■ Senador ficou impressionado com a sinceridade de Lula, que reconheceu erros de sua administração

As lideranças políticas deveriam aproveitar a reunião do Conselho Político (formado por representantes do governo e pelos presidentes dos partidos da base aliada) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na tarde de ontem, sugeriu em Plenário o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), para alertar o governo sobre a ineficiência da máquina administrativa, causada, em sua opinião, pelo excesso de ministérios. A paralisia do governo só pode ser explicada pela incompetência dos



TRANSPARÊNCIA Tebet: "Só a sinceridade não dá, na administração pública é preciso agir"

auxiliares do presidente ou pela sobreposição de funções, acrescentou o senador, para quem o Ministério da Justiça e a Secretaria dos Direitos Humanos, assim como os Ministérios das Cidades e da Integração Nacional, atuam no mesmo campo.

Tebet se disse impressionado com a sinceridade do presidente em seus pronunciamentos,

citando discurso de Lula na cidade de Rio Verde (GO), no qual ele reconheceu que seu governo comete erros e não tem problemas em rever medidas tomadas, como é o caso do aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

(Cofins), se essa elevar a cesta básica.

– Senti o que venho percebendo sobre a pessoa do presidente. Em todos os momentos vi em sua pessoa uma sinceridade marcante, fazendo inclusive até autocrítica do seu governo. Mas só a sinceridade não dá, na administração pública é preciso agir – afirmou.

Almeida Lima lê nota de Brizola sobre salário

O senador Almeida Lima (PDT-SE) leu em Plenário nota do presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, publicada no jornal *O Globo* da última terça-feira, com o título "O salário da infidelidade". Na nota, Brizola compara a decisão do presidente Getúlio Vargas de dobrar o valor do salário mínimo com a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de conceder um reajuste de 1,2%, classificando a medida de Lula como "uma vergonha deprimente".

"A distância entre Vargas e Lula é maior, muito maior do que aquele salário quatro vezes maior que os míseros R\$ 260, com que o atual presidente, um ex-operário, es-



PROMESSA Almeida Lima anuncia que defenderá valores maiores para o mínimo

carnece agora os trabalhadores. Esta distância é a que separa uma visão de soberania, de desenvolvimento e de justiça para o Brasil de um olhar conformado e cúmplice

de um sistema que condena o nosso povo a sofrer cada vez mais e a se degradar na violência e na necessidade, enquanto o país mergulha na dependência, no atraso e numa crise que só se aprofunda", afirma Brizola na nota lida pelo senador.

Almeida Lima disse que defenderá um salário mínimo que possa melhorar a vida do trabalhador brasileiro.

Ele lembrou que o governo argumenta que o reajuste foi acertado para que não prejudique a Previdência Social, mas cai em contradição, já que fez uma reforma justamente para garantir um salário digno aos aposentados.

Aelton Freitas defende mudanças na Lei Penal

O senador Aelton Freitas (PL-MG) fez um apelo ontem aos senadores para que "acompanhem com especial atenção" a tramitação de três projetos de sua autoria que propõem alterações na legislação penal brasileira. Ele destacou, em primeiro lugar, o projeto de lei (PLS 83/04) que obriga o Estado a dar aos presos condenados atividades de trabalho.

O senador também pretende dar maior agilidade aos julgamentos e endurecer as penas

impostas aos praticantes de crimes hediondos. Com esse objetivo, ele apresentou o projeto de lei (PLS 82/04), eliminando o instituto do protesto por novo júri.

Esse recurso – esclareceu ele – atualmente é permitido à defesa, possibilitando a solicitação de novo julgamento para condenados a mais de 20 anos de reclusão.

Aelton também apresentou proposta para impedir que sejam considerados crime conti-



ENDURECIMENTO Aelton explica projeto que aumenta pena para crimes hediondos

nuado atos seguidos de crimes contra a vida. Ele parte do entendimento de que o criminoso que assassinar mais de uma pessoa em seqüência deverá responder e pagar por cada vida tirada, sem que possa ter acesso a atenuantes jurídicos.

Projeto regulamenta serviço de meteorologia



Proposta de Osmar Dias vai ao Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem e encaminhou para exame do Plenário substitutivo à proposta de emenda à Constituição que acrescenta às competências da União a organização e manutenção dos serviços de meteorologia e climatologia, ao lado dos serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia.

A relatora da matéria (PEC 12/03), senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), decidiu modi-

ficar a proposta original, de Osmar Dias (PDT-PR). Ela explicou que as alterações representam consenso entre as equipes técnicas dos Ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia, que, historicamente, segundo ressaltou, sempre demonstraram posições conflitantes sobre o tema.

Pela proposta de Osmar, os serviços de meteorologia e climatologia seriam incluídos entre as competências da União a serem explorados diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, como já está estabelecido na Constituição para os serviços de radiodifusão e de aproveitamento energético.

Tourinho teme pela reforma tributária

O andamento da reforma tributária na Câmara dos Deputados levou Rodolpho Tourinho (PFL-BA) a admitir que teme a quebra de compromissos firmados entre governo e oposição no Senado, da mesma forma que teria acontecido com a reforma da Previdência. O senador criticou alterações feitas pelo relator da matéria na Câmara, Virgílio Guimarães (PT-MG), que acarretariam prejuízos para estados e municípios.

O deputado, conforme Tourinho, não considerou o aumento acordado de 1% no FPM, o que representa perda

de R\$ 1,1 bilhão. Além disso, retirou do texto o Fundo de Desenvolvimento Regional, estimado em R\$ 2 bilhões.

O governo ainda reduziu

o IPI para veículos em dois pontos percentuais. Cálculos iniciais, afirmou Tourinho, indicam uma perda da ordem de R\$ 700 milhões por ano para estados e municípios.

Em apartes, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Ramez Tebet (PMDB-MS) endossaram as críticas de Tourinho.



Tourinho condena alterações

Garibaldi pede aprovação rápida da Lei de Falências



Garibaldi apela aos membros da CCJ

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apelou aos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pela aprovação, o mais rapidamente possível, do substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC 71/03) que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis

comerciais.

Conhecida como nova Lei de Falências, a proposta, segundo Garibaldi, possibilita a inserção do Brasil no contexto moderno das relações entre pessoas, sejam físicas ou jurídicas, e as atividades econômicas que exercem. Ele destacou que o projeto enfatiza a recuperação das sociedades e empresários, convocando o Estado a oferecer instrumentos e condições para que a empresa se recupere.

– A proteção aos trabalhadores foi um dos itens mais destacados no substitutivo. Nele considera-se como único e principal bem dos trabalhadores a sua força de trabalho.

Mudança na Lei Eleitoral gera polêmica na CCJ

Projeto amplia oportunidade de defesa a eleitos acusados da compra de votos



EXPLICAÇÃO César Borges lembra que sua proposta não tem caráter casuístico

Proposta de modificação na legislação eleitoral, primeiro item da pauta de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi alvo de polêmica entre os senadores. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), em nome da bancada do partido, pediu vista do projeto (PLS 284/03) do senador César Borges (PFL-BA), que propõe o acréscimo de dois artigos à Lei 9.504/97 para assegurar ao candidato eleito acusado de compra de voto que a perda do mandato somente ocorra após o trânsito em julgado da sentença. O autor da matéria também especifica o prazo de cin-

co dias após a data da eleição para a entrega de representação denunciando a prática de compra de voto. O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), concedeu vista coletiva da proposta.

O relatório de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) é favorável à matéria. Ele acolheu emenda do senador Antonio Carlos Va-

ladares (PSB-SE) que visa deixar claro no texto que, após o prazo de cinco dias das eleições, ninguém pode apresentar qualquer representação a respeito da compra de votos.

O senador Tião Viana (PT-AC) lamentou a decisão do PMDB. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) também defendeu o princípio da ampla defesa, mas disse respeitar a luta do PMDB para aumentar sua bancada no Senado. Mão Santa (PMDB-PI), que não integra a comissão, manifestou-se contra a decisão de seu partido.

Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que a lei que o projeto procura modificar representou extraordinária colaboração para coibir a corrupção eleitoral. O autor do projeto, César Borges, ressaltou que apresentou a proposta em meados do ano passado e que ela não tem caráter casuístico.

Valadares vê ação contra Capiberibe

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) acusou ontem o PMDB de atuar na CCJ com o objetivo de prejudicar o senador João Capiberibe (PSB-AP), condenado recentemente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à perda do mandato justamente sob a acusação de comprar votos e a sentença ainda não foi publicada.

Para Valadares, o PMDB está tentando dar ao ex-senador Gilvam Rocha (AP), 2º mais votado no Amapá, “um mandato espúrio”, uma vez que ele seria diplomado, na hipótese da cassação de Capiberibe.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que pediu vista por determinação de Re-



DESABAFO “Estão querendo tirar no tapetão o mandato de Capiberibe”, diz Valadares

nan Calheiros (PMDB-AL) e por convicção pessoal. Renan explicou que membros da bancada reunidos na quarta-feira decidiram pelo pedido de vista movidos por argumentação de

Gilvam Rocha.

A menção do nome de Gilvam levou Valadares a reforçar sua suspeita sobre os motivos do PMDB e a anunciar que não mais se considera liderado por Suassuna.

– Estão querendo tirar no tapetão o mandato do senador Capiberibe. Ney Suassuna não tem moral para ser líder do governo Lula. Sempre que a bancada estiver sob a orientação dele, votarei contra os projetos do governo – disse Valadares.

– Quem é que não tem moral? – defendeu-se Suassuna, acusado por Valadares de, quando ministro da Integração Nacional, desviar, “para outros interesses”, verbas destinadas a Sergipe.

Zambiasi defende o planejamento familiar

Ao manifestar sua preocupação com o crescimento populacional descontrolado da população brasileira, registrado sobretudo nas camadas mais pobres, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) solicitou ao presidente do Senado, José Sarney, que articule junto ao Palácio do Planalto uma forma de o Senado participar do debate sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos, para o qual foi constituído um grupo de trabalho intermi-

nisterial. O objetivo da discussão é garantir a homens e mulheres efetivo acesso ao planejamento familiar.

Zambiasi também sugeriu que o Senado utilize todo o seu sistema de comunicação e mídia para divulgar, via campanhas educativas e profissionais, a temática do planejamento familiar e da paternidade responsável. Ele pediu ao governo federal que promova campanhas de esclarecimento em todos os meios de comunicação.

Segundo Zambiasi, a cada ano 1 milhão de adolescentes na faixa etária de 11 a 18 anos engravidam no Brasil, gravidez precoce que, a seu ver, é consequência da falta de informação, orientação e acesso aos métodos anticoncepcionais.



Zambiasi quer participação do Senado



J. Freitas

DEBATE Alvaro Dias (segundo à direita) preside a reunião que discutiu a situação fundiária no país

Prunes diz que é impossível assentar todos os sem-terra

■ Minifúndios criados pela reforma agrária dificultam às famílias sair da linha de pobreza, afirma especialista

Em depoimento feito ontem na CPI Mista da Terra, o professor José Cândido Prunes, doutor em Direito Econômico, afirmou que “não há terra suficiente para assentar todo brasileiro que os movimentos sociais dizem querer encarar a vida no campo”. Segundo ele, se forem reais os números de entidades como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de que existem 4 milhões de pessoas à espera de terra para morar e produzir, 90% de todo o território nacional teriam que ser desapropriados.

Para o especialista, o programa de reforma agrária brasileiro está criando uma estrutura de minifúndios – áreas em torno de 35 hectares – que torna praticamente impossível a uma família sobreviver acima da linha de pobreza com tão exígua área para trabalhar.

Ele criticou a posição do líder do MST, João Pedro Stédile, que defende a entrega de propriedades de 15 hectares para cada família, e advertiu que o país está produzindo assentamentos insustentáveis do ponto de vista econômico. Para o especialista, um número razoável no Brasil seria de áreas com 190 hectares, se comparados à média das propriedades rurais em outros países, como a Argentina.

Na valiação do especialista, o Brasil tem hoje, com 18% de sua população na área rural,

um contingente excessivo de pessoas (16 milhões) morando no campo, que necessita ser drasticamente reduzido, para que se possa dar a elas um patamar de renda satisfatório.

– Se o Brasil pretendesse atingir o patamar da Argentina, onde 15% das pessoas (1,2 milhão) vivem no campo, isso significaria levar para as cidades 6,3 milhões de habitantes. Isso para oferecer 26 hectares para cada agricultor, um número muito baixo.

Participando do debate na comissão parlamentar de inquérito, o senador Sibá Machado (PT-AC) discordou das teses defendidas por Prunes. Sibá criticou o governo Fernando Collor (1990-1992) por ter desmantelado o sistema de extensão rural brasileiro, a seu ver um dos elos mais importantes para viabilizar a reforma agrária.

Garimpeiros relatam detalhes de massacre

A comissão temporária externa sobre demarcação de terras indígenas voltou ontem a ouvir os garimpeiros de Rondônia a respeito do massacre ocorrido na reserva Roosevelt, onde 29 corpos foram encontrados. Um sobrevivente do conflito prestou perante o colegiado um depoimento emocionado e relatou que os índios, antes de cometerem os assassinatos, abriam a barriga das pessoas vivas, para ver se encontravam algum diamante escondido.

Segundo o garimpeiro, do lo-



Márcio Kolumbe

DEMARCAÇÃO Mozarildo (à direita, ao lado de Valdir Raupp) dirige audiência da comissão temporária

cal em que estava escondido ele ouvia os gritos de pessoas suplicando para serem mortas logo. Ele disse também que o

massacre teve a participação de dois homens brancos e que acredita haver mais corpos enterados no local. Por questão de segurança, parte da reunião foi secreta, quando a comissão tomou depoimentos de dois outros garimpeiros. A reunião resultou de sugestão dos senadores do PMDB de Rondônia, Valdir Raupp e Paulo Elifas, que apresentaram requerimento propondo a investigação do massacre realizado pelos índios em 7 de abril.

Suassuna narra fracasso de reflorestamento com algaroba

Roosevelt Pinheiro



O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) informou que os agricultores nordestinos que tomaram financiamento do governo, no início dos anos 80, para fazer reflorestamentos com algaroba viram seus projetos fracassar e ainda estão perdendo as terras em processos movidos pela União, para ressarcimento de empréstimos do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Ele disse que os fazendeiros fo-

PREJUÍZO Fazendeiros perdem terras em processo movido pela União, diz Suassuna

ram incentivados a plantar a árvore que, além de madeira, produziria ainda vagens para alimentação de gado. “Foi um fracasso. A algaroba não cresceu, não deu os frutos que se esperava e também não suportou as secas como os especialistas do governo previam”.

Lúcia Vânia defende ação da sociedade na vigilância

Geraldo Magleto



A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), defendeu ontem a participação da sociedade nas ações de vigilância sanitária, ao falar sobre o tema “Controle Social como Mecanismo de Fortalecimento das Ações de Vigilância Sanitária”, durante o Fórum Anvisa: Avanços e Desafios, que está sendo realizado em Brasília.

Para a senadora, a vigilância sanitária sempre foi vista como um braço distante do Sistema Único de Saúde (SUS) e se constituiu em um dos campos de atuação mais carentes de controle social.

– O modelo não prevê, nos estados e municípios, a existência de conselhos, quer consultivos, quer deliberativos, nessa área - explicou

LACUNA Lúcia Vânia aponta ausência de controle social sobre a política do setor

Lúcia Vânia. O encontro, que será encerrado hoje, marca os cinco anos de criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A sessão de ontem contou com a presença do ministro da Saúde, Humberto Costa.

Sibá quer racionalidade em hidrelétricas na Amazônia

Roosevelt Pinheiro



Em discurso no Plenário, o senador Sibá Machado (PT-AC) comunicou que está encaminhando ao governo proposta de sua autoria com o objetivo estabelecer prioridades a obras de energia previstas no Plano Plurianual (PPA) para a região amazônica. Ele argumentou que a medida é necessária, uma vez que o conjunto das obras previsto é conflitante, podendo aumentar “a irracionalidade existente em termos de oferta e demanda de energia”.

Sibá citou o caso da Eletronorte, que possui energia de sobra na região e não tem para quem vender. A existência de um mercado de venda de energia restrito, disse, deve-se principalmente à falta de interligação ao sistema nacional. O senador afirmou que a situação também é resultado dos in-

ENERGIA Sibá Machado tem proposta para equilibrar oferta e demanda na região

vestimentos em Tucuruí para se cumprir o cronograma de conclusão da obra até 2006.

O parlamentar destacou que o fato de ter sido relator do novo PPA permitiu-lhe uma visão geral dos investimentos para o país, quando constatou um processo de “irracionalidade no sistema”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior e Sérgio Zambiasi